



UNIP

Unidade II

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA

Profa. Elaine Nunes

Objetivos gerais da unidade II

Abordaremos os seguintes assuntos:

- **O antirracismo na Legislação Brasileira.**
- **Africanidades: alguns aspectos da história africana dos negros no Brasil.**
- **Nosso objetivo é tratar primeiro sobre as legislações vigentes no Brasil de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial e fazer uma busca histórica, a fim de compreender mais profundamente as raízes de nosso racismo.**

5. O antirracismo na legislação brasileira

Temos as leis mais modernas e avançadas do mundo:

- **Constituição de 1988.**
- **ECA (8.069/1990).**
- **LDB (9.394/1996).**
- **Estatuto da Igualdade Racial (12.288/2010).**
- **Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008.**
- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana de 2004 – Parecer CNE 003/2004.**

5.1 A carta maior: a Constituição Brasileira de 1988

- “Art 5º, XLII – A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.”
- Importante instrumento para a ampliação do alcance das ações até então desenvolvidas pelo movimento negro.
- Autovalorização do movimento negro, com uma percepção racionalizada de si mesmo e um discurso de enfrentamento da violência, afirmação de pertencimento a esses determinados territórios e um indiscutível orgulho racial.

5.2 Estatutos específicos: o ECA e o Estatuto da Igualdade Racial

- Visam a proteger grupos de minorias, bem como promover sua inclusão social e a garantia de acesso a direitos fundamentais desses cidadãos.
- Segundo o Portal Brasil, “um estatuto é um regulamento ou código com significado e valor de lei ou de norma”.

(Disponível em: <http://www.brasil.gov.br>)

- Alguns exemplos: Estatuto do Idoso, Estatuto do Índio, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Estatuto da Igualdade Racial.

5.2 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990

- **Art. 5º: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.**
- **Crianças e adolescentes passam a ser tratados como cidadãos de direitos.**
- **Consequência de intenso debate internacional: Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948; Declaração dos Direitos da Criança, em 1959 (ONU), e Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989 (ONU).**

5.2 Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288, de 20 de julho de 2010

- Em maio de 2003, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou o projeto de lei do Senado que institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- No dia 20 de julho de 2010, o projeto foi aprovado com emendas, validando, pela Lei 12288, o Estatuto da Igualdade Racial.
- O documento versa sobre os principais direitos garantidos à população afrodescendente no Brasil, bem como busca combater toda forma de discriminação e intolerância étnica.

Principais pontos do Estatuto da Igualdade Racial

- Pena de até três anos para quem praticar racismo pela internet.
- Incentivo à contratação de negros pelas empresas.
- Reconhecimento da capoeira como esporte.
- Reserva, nos partidos políticos, de 10% das vagas para candidatos negros (atualmente, só há reserva para mulheres).
- Incentivar a obrigatoriedade de cotas nas universidades públicas para alunos negros.

5.3 Leis e diretrizes educacionais

- Grande influência do ECA sobre os debates educacionais a partir de sua publicação em 1990.
- Processos sociais de conquistas de direitos são lentos, graduais e integrados.
- Resultado de amplo e longo debate entre grupos e movimentos.
- A igualdade racial não pode ser encarada como uma necessidade apenas do movimento negro, mas de todos os brasileiros que buscam encontrar suas verdadeiras raízes históricas e culturais e querem viver em uma sociedade mais justa e igualitária.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394, de 1996

- **Art. 26, do cap. 2, § 4º “O Ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”.**
- **Daí à aprovação da Lei 10639, de 2003, foi um passo, garantindo a afirmação, o reconhecimento e a valorização dos negros no quadro da diversidade da cultura brasileira.**

Lei 10.639, de 2003

- **Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.**
- **Essa legislação consegue chamar a atenção das autoridades, educadores e da sociedade para a importância da inclusão no currículo escolar da perspectiva étnico-racial.**
- **Institui o dia 20 de novembro como o “Dia da Consciência Negra”.**

Parecer n. 003/2004

- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004 – Parecer CNE (Conselho Nacional de Educação) nº 003/2004.**
- **Traz orientações, informações e estratégias para a implantação da Lei nº 10.639.**
- **Busca identificar as contribuições da Lei 10.639 para o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira, passo fundamental para uma sociedade de fato igualitária e livre do racismo.**

Plano Nacional de Implementação do Parecer 003/2004

- “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, de 13 de maio de 2009.
- Após 6 anos, o MEC, juntamente com a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), toma a iniciativa de publicar esse plano, visando a facilitar o processo de implantação da Lei 10639/2003 em todas as escolas brasileiras.

Interatividade

Avalie cronologicamente os seguintes documentos legais:

- I. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394.
- II. Constituição Brasileira de 1988.
- III. Estatuto da Igualdade Racial.
- IV. Lei nº 10.639.

A ordem cronológica correta para a publicação dessas regulamentações legais é:

- a) II – III – I – IV.
- b) I – IV – II – III.
- c) II – I – IV – III.
- d) I – II – IV – III.
- e) II – IV – III – I.

Resposta

Avalie cronologicamente os seguintes documentos legais:

- I. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394.
- II. Constituição Brasileira de 1988.
- III. Estatuto da Igualdade Racial.
- IV. Lei nº 10.639.

A ordem cronológica correta para a publicação dessas regulamentações legais é:

- a) II – III – I – IV.
- b) I – IV – II – III.
- c) II – I – IV – III.**
- d) I – II – IV – III.
- e) II – IV – III – I.

6. Africanidades: alguns aspectos da história africana dos negros no Brasil

As questões históricas são fundamentais para compreendermos:

- **Africanidades brasileiras, processo de colonização brasileira, as raízes de nossa construção nacional e os fundamentos de nosso racismo velado.**
- **A expressão africanidades brasileiras refere-se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana.**

6.1 O conceito de africanidades

- Processo de valorização e resgate da história e da cultura africana e afro-brasileira, a fim de desfazer os estereótipos raciais construídos pelos grupos dominantes.
- Reconstrução histórica, por meio de uma perspectiva diferente daquela que temos aprendido em nossas escolas, que perceba toda a ampla contribuição dos africanos na formação do Brasil.

6.2 Heranças coloniais e formação de um país chamado Brasil

Contexto histórico – século XVI:

- Colonização do Brasil – iniciativa política da monarquia portuguesa.
- Empresa capitalista – patrocinada pela então burguesia comercial.
- Projeto capitalista ambicioso – fazer essa empresa crescer e ser o mais lucrativa possível.
- Capitalismo comercial – monopolista e manufatureiro (envio de matérias-primas à Europa).

Alguns mitos sobre a formação do Brasil

- Nossos problemas atuais estão diretamente ligados ao tipo de população que foi enviada para o Brasil naquele momento.
- Para povoar um país-continente como o nosso, foram mandados para cá os “piores cidadãos”, portugueses, indesejados na Europa, como os ladrões, bandidos, vagabundos, prostitutas e desocupados de todo tipo – é o que queríamos que acreditássemos.

É por isso que nosso país “não deu certo”...???

Como assim? Pense conosco...

- Éramos a empresa mais rentável para Portugal na época.

Alguém mandaria para o comando de sua empresa pessoas desqualificadas, desonestas e incapazes?

Algum empresário, em sã consciência, seria leviano o bastante para entregar seu negócio a bandidos e vagabundos que levariam tudo a perder?

- Claro que não!

A incumbência de fazer esse país-continente crescer e dar lucro

- Homens e mulheres passam a ser enviados ao Brasil.
- Esse país-continente deveria fornecer riquezas o bastante para sustentar os luxos e as extravagâncias da Família Real e sua aristocracia.
- Além disso, era preciso pagar os investimentos feitos pela então burguesia na empresa colonial.
- Os portugueses começaram a explorar de todas as formas o território brasileiro, retirando de nossos solos e florestas todas as matérias-primas que tivessem algum valor no mercado capitalista europeu.

A dinâmica de uma colônia de exploração

- No início, era a extração do pau-brasil.
- Portugueses em pequeno número em relação à população indígena, que era de 5 milhões, em 1500.
- Convivência possível entre portugueses e índios até 1530.
- Depois do extrativismo, a agricultura.
- Escassez de mão de obra e de terras: conflito com tribos indígenas.
- Na guerra dos portugueses com os índios, milhões de índios foram dizimados.

A solução, escravos africanos!

- Problema: a falta de mão de obra numerosa para a exploração de terras tão extensas.
- Solução: escravização de africanos, vindos de Angola e do Congo.
- Como os portugueses já dominavam a arte das navegações, não foi difícil forçar populações africanas a se transferirem para o Brasil, submetendo-os a uma das condições de vida e trabalho desumanas.

Interatividade

Quando tratamos sobre a formação do Brasil, todas as afirmações são verdadeiras, exceto:

- a) O Brasil foi a maior empresa colonial de Portugal.
- b) A colonização do Brasil já estava inscrita no contexto do capitalismo moderno.
- c) A exploração de matérias-primas no Brasil seria o início dessa empreitada colonial.
- d) A agricultura exigiu grandes números de mão de obra e extensões de terra.
- e) Para a colonização do Brasil, foram enviados para nosso território os cidadãos indesejados na Europa, como ladrões ou desocupados.

Resposta

Quando tratamos sobre a formação do Brasil, todas as afirmações são verdadeiras, exceto:

- a) O Brasil foi a maior empresa colonial de Portugal.
- b) A colonização do Brasil já estava inscrita no contexto do capitalismo moderno.
- c) A exploração de matérias-primas no Brasil seria o início dessa empreitada colonial.
- d) A agricultura exigiu grandes números de mão de obra e extensões de terra.
- e) Para a colonização do Brasil, foram enviados para nosso território os cidadãos indesejados na Europa, como ladrões ou desocupados.

6.3 Diáspora e travessia dos escravizados

- 1550 – começam a chegar ao Brasil os primeiros africanos escravizados.
- Em mais de 3 séculos – cerca de 3,6 milhões de pessoas foram trazidas ao Brasil para o trabalho escravo.
- Isso representava um terço da população africana da época.
- Verdadeira diáspora: deslocamento separou e alterou culturas, línguas, costumes, religiões etc.

As raízes de nossa sociedade hierarquizada e autoritária

- Foram quase 4 séculos de escravidão.
- Crença na existência dos escravos como categoria natural, ou seja, na existência de seres humanos que nasceram escravos na África.
- Naturalização da ideia de servidão e senhorio.
- Roberto DaMatta: “cada coisa tem um lugar e cada lugar tem uma coisa”: a ausência de valores igualitários.
- Lembre-se: nascemos todos livres, até que algum sistema nos escravize no decorrer de nossas vidas.

O constrangimento de seres humanos à condição de objetos

- As condições deploráveis dos navios negreiros, das senzalas, os castigos e os suplícios.
- Fatores capazes de acabar com qualquer resquício de humanidade e dignidade que possa restar em uma pessoa.
- Outra forma de transformar seres humanos em coisas: apagar definitivamente toda sua herança cultural e histórica, sua origem e sua personalidade.
- *Servus non habent personam*: o escravo é um sujeito sem corpo, sem antepassados, nomes ou bens próprios.

A importância da Lei 10.639/2003

- Os livros de História do Brasil também colaboraram para “apagar” esse passado africano: ausência da perspectiva africana e afro-brasileira.
- Importância de uma lei que obrigue esse resgate histórico e cultural: promoção da igualdade racial nas escolas e na sociedade.
- E nossa disciplina vem colaborar nesse sentido, preparando professores para uma prática educativa consciente e igualitária.

A transferência de pensamentos e tecnologias africanas para territórios não africanos

- Vasta contribuição africana na formação do Brasil.

Vamos destacar apenas 3 aspectos:

1. No campo econômico: os negros como força de trabalho não remunerada ajudando a construir as riquezas do país.
2. No campo demográfico: o elevado número de africanos fizeram parte da população brasileira.
3. No campo cultural: influência linguística, religiosa; e no campo das artes, seja por instrumentos musicais, ritmos, danças.

Interatividade

Por que podemos afirmar que a Lei 10.639/2003 é um importante instrumento na promoção da igualdade racial no Brasil?

- a) Porque a herança cultural e histórica dos africanos no Brasil foi completamente apagada ao longo dos séculos.**
- b) Porque devemos resgatar as africanidades, afirmando o valor e as contribuições dos negros para a formação do Brasil.**
- c) Porque é necessário desfazermos os estereótipos raciais que colocam o negro apenas como escravo na história do Brasil.**
- d) Porque a valorização da cultura afrodescendente contribui para a representação positiva dos negros.**
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.**

Resposta

Por que podemos afirmar que a Lei 10.639/2003 é um importante instrumento na promoção da igualdade racial no Brasil?

- a) Porque a herança cultural e histórica dos africanos no Brasil foi completamente apagada ao longo dos séculos.
- b) Porque devemos resgatar as africanidades, afirmando o valor e as contribuições dos negros para a formação do Brasil.
- c) Porque é necessário desfazermos os estereótipos raciais que colocam o negro apenas como escravo na história do Brasil.
- d) Porque a valorização da cultura afrodescendente contribui para a representação positiva dos negros.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

6.4 Resistência negra e o movimento abolicionista: antes e depois da Lei Áurea

- Resistência passiva: ações não utilizam violência direta, como recusa a trabalhar, trabalhos malfeitos, fugas e faltas.
- Resistência ativa: movimentos mais coletivos e violentos, seja pela organização dos quilombos, seja por meio das insurreições, guerrilhas, entres outros movimentos realizados durante todo o regime escravista no Brasil.
- Importância de ambas as manifestações de resistência contra a escravidão no Brasil: caráter extremamente conflituoso na relação senhor/escravo.

Alguns exemplos de resistência negra durante a escravidão

As revoltas urbanas:

- Revolta dos Alfiates (Bahia, 1798).
- Cabanagem (Pará, 1835-1840).
- Sabinada (Bahia, 1837-1838).
- Balaiada (Maranhão, 1838-1841).

Os quilombos:

- Seu principal objetivo era a implantação de uma nova forma de vida e organização social, diferente da estrutura política colonial e escravista.
- Foram centenas de quilombos espalhados por todos os estados do país, que tiveram duração mais curtas ou continuam ativos até os dias de hoje.

A importância dos quilombos

Importante demonstração de que os negros pretendiam construir no Brasil um outro modelo de associação entre os homens:

- **Aberta a todos que pudesse desmontar a estrutura escravocrata.**
- **Implantação de “uma outra forma de vida, uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos”.**

(MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. “O Negro no Brasil de Hoje”. São Paulo: Global, 2006, p. 71)

O abolicionismo como um movimento conservador

- Movimento organizado pela classe política da ocasião, que procurou trazer poucos ou nenhum prejuízo aos senhores de escravo nesse processo de “libertação”.
- A preocupação da elite da época era que a abolição se desse de forma pacífica, sem sustos e nem revoluções.
- Daí as três grandes leis abolicionistas – Ventre Livre (1871), Sexagenários (1885) e Áurea (1888) – terem sido muito mais benefícios aos próprios senhores do que uma nova condição à população negra.

A abolição como dissimulação de qualquer processo de confronto

- Entretanto, a abolição foi-nos passada como um presente, uma dádiva: “imagem de superação lenta, ordenada, gradual e controlada pelo Estado”.
- Base para o “mito da democracia racial”: como se o processo abolicionista tivesse sido capaz de acabar com todos os conflitos anteriores existentes entre senhores e escravos e, a partir da abolição, o país passasse a experimentar uma relação cordial e amistosa entre essas classes.
- Ideologia da igualdade racial e da oportunidade igual para todos.

O projeto nacional de branqueamento

- Falta de planejamento do poder público no sentido de incorporar a mão de obra negra recém-liberta ao novo mercado de trabalho nacional naquele momento.
- O projeto nacional de branqueamento: a Guerra do Paraguai como estratégia de sucção de mão de obra negra (cerca de 90.000 negros morreram nessa guerra).
- Tática para branquear a população brasileira e também justificar a política imigrantista, que trouxe para o Brasil cerca de 4 milhões de imigrantes brancos a partir de 1808.

Movimentos negros pós-abolição

- 1888 – Lei Áurea.
- Desigualdades sociais entre brancos e negros continuaram a existir, mesmo após a “libertação” dos escravos.
- Libertação “na força da lei” – efeitos diretos na continuidade da condição do negro.
- “Longo e árduo processo de construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais.”

(MUNANGA e GOMES, 2006, p. 107)

O processo de marginalização do negro

- Sem possibilidade de trabalho remunerado, os negros “recém-libertos” acabaram se instalando nas periferias das cidades, nas regiões mais pobres do Brasil.
- Somando-se a essa “periferização” das populações negras, outras formas de exclusão se impuseram, devido a processos discriminatórios e racistas.
- Esses e outros dados ainda são confirmados pelos levantamentos estatísticos atuais.

As ideologias raciais: o alcance das políticas de branqueamento no Brasil

- A ideologia racial do branco: “consciência social de dominação, em que o próprio branco se representa superior aos outros, isto é, com direito de dispor dos outros”.
- A ideologia racial do negro: “fundada numa relação de inferioridade em face do branco, que detém presumivelmente o poder, exprime uma consciência de submissão”.

(Octavio Ianni. “Raças e Classes Sociais no Brasil”.
Ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 322-323)

Interatividade

A respeito do projeto nacional de branqueamento, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Brasil procurava “apagar” seu passado escravista perante o então mercado internacional.
- b) Os movimentos de resistência negra estiveram diretamente relacionados ao chamado abolicionismo, movimento que culminou com a abolição da escravidão no Brasil.
- c) A Guerra do Paraguai foi uma das táticas encontradas pela elite política para a implantação desse projeto de branqueamento.
- d) A vinda de milhares de imigrantes brancos para o Brasil também era parte da estratégia de “branquear” a população brasileira.
- e) Esse projeto mostrou repercussões profundas nas ideologias

Resposta

A respeito do projeto nacional de branqueamento, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Brasil procurava “apagar” seu passado escravista perante o então mercado internacional.
- b) Os movimentos de resistência negra estiveram diretamente relacionados ao chamado abolicionismo, movimento que culminou com a abolição da escravidão no Brasil.**
- c) A Guerra do Paraguai foi uma das táticas encontradas pela elite política para a implantação desse projeto de branqueamento.
- d) A vinda de milhares de imigrantes brancos para o Brasil também era parte da estratégia de “branquear” a população brasileira.
- e) Esse projeto mostrou repercussões profundas nas ideologias

ATÉ A PRÓXIMA!



UNIP